
**IMPACTOS DA PANDEMIA NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS*****IMPACTS OF THE PANDEMIC ON THE LEARNING OF CHILDREN WITH
SPECIAL NEEDS***Amanda Heloísa Pereira das CHAGAS¹Elisângela Sousa Pimenta de PADUA²

RESUMO

Introdução: O conceito de deficiência se transmutou historicamente, estas pessoas eram estigmatizadas, excluídas e marginalizadas, a política de inclusão na sociedade, consiste em uma proposta recente. A partir do desenvolvimento da ciência, de políticas públicas, e a afirmação dos direitos humanos, que houve uma transformação cultural no modo de conceber e significar o que é a pessoa com deficiência. **Objetivo:** Esta análise visa identificar o que a literatura apresenta a respeito dos impactos da pandemia (Covid-19) na aprendizagem de crianças com necessidades especiais. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura, tendo como base as publicações científicas em SciELO - Scientific Electronic, portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) no período de 2020 a 2022. **Resultados:** Os critérios de inclusão para delimitação dos estudos selecionados foram: estudos relacionados à escolarização de crianças pertencentes a educação especial durante a pandemia da Covid-19. Foram excluídos os estudos relacionando à saúde, a educação e a pandemia da Covid-19 que não apresentasse relação com a aprendizagem de crianças com necessidades especiais. A partir destes critérios foram selecionados 5 artigos. No banco de dados SciELO foram encontrados 26 artigos, sendo 4 selecionados e PePSIC foram encontrados 3 artigos, sendo 1 selecionado. **Considerações finais:** O acesso à educação de qualidade com equidade constitui um direito de todos os públicos, sendo assim, qualquer intervenção educacional deve ser adaptada com base nas necessidades específicas de cada sujeito frente ao adoecimento e/ou dificuldades.

PALAVRAS-CHAVE: necessidades especiais, covid, pandemia, educação especial.

ABSTRACT

Introduction: The concept of disability has been historically transmuted, these people were stigmatized, excluded and marginalized, the policy of inclusion in society consists of a recent proposal. From the development of science, public policies, and the affirmation of human rights, there has been a cultural transformation in the way of conceiving and meaning what a person with a disability is. **Objective:** This analysis aims to identify what the literature presents regarding the impacts of the pandemic (Covid-19) on the learning of children with special needs. **Materials and methods:** This is a literature review, based on scientific publications in SciELO - Scientific Electronic, Portal of Electronic Journals of Psychology (PePSIC) in the period from 2020 to 2022. **Results:** The inclusion criteria for delimitation of the selected studies were: studies related to the schooling of children belonging to special education during the Covid-19 pandemic. Studies related to health, education and the Covid-19 pandemic that were unrelated to the learning of children with special needs were excluded. Based on these criteria, 5 articles were selected. In the SciELO database, 26 articles were found, 4 of which were selected, and PePSIC 3 articles were found, 1 of which was selected. **Final considerations:** Access to quality education with equity is a right for all audiences, therefore, any educational intervention must be adapted based on the specific needs of each subject in the face of illness and/or difficulties.

KEYWORDS: special needs, covid, pandemic, special education.

¹ Acadêmica do curso de psicologia da Faculdade Herrero em Curitiba-PR Email: psi.amandaheloisa@gmail.com

² Psicóloga clínica, mestre e docente na Faculdade Herrero em Curitiba. Email: elis.padua@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência historicamente foram excluídas das atividades sociais, uma vez que culturalmente não se legitimava o sujeito com suas necessidades específicas para a participação na sociedade de forma digno. Estas pessoas eram estigmatizadas, excluídas e marginalizadas. A partir do desenvolvimento da ciência, de políticas públicas, e da afirmação dos direitos humanos, houve uma transformação cultural no modo de conceber e significar a pessoa com deficiência. Um dos principais reflexos desta mudança pode ser observado nas políticas de inclusão destas pessoas em escolas, e os recursos pedagógicos adaptados visando à aprendizagem de pessoas com necessidades especiais. Acreditava-se que as pessoas com deficiência não aprendiam em virtude de fatores biológicos, hoje pode-se compreender que para além da deficiência, há metodologias de ensino que podem não corroborar com o aprendizado. Os modelos de organização educacional e escolar no transcorrer histórico foram segregantes, ou seja, distribuíram as pessoas com base em diferentes condições, incluindo a deficiência. A partir da reformulação do conceito cultural da pessoa com deficiência, houve e ainda há um processo constante adaptação e reestruturação de metodologias pedagógicas. A inclusão deveria constituir um princípio norteador sobre o qual sustenta qualquer processo de ensino e aprendizagem. Uma educação não inclusiva é uma forma de escolarização que separa por origem, características, capacidade e condição pessoal ou familiar, a ponto de invisibilizar justamente os grupos mais vulneráveis ou sub-representados da história.

Atualmente a educação conta com o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA) que dentro dos seus princípios considera a diversidade dos estudantes, uma vez que sugere flexibilidade de objetivos, métodos, materiais de ensino. O desenho universal da aprendizagem estimula a criação de propostas flexíveis, apresentando opções personalizáveis que permitem a todos os estudantes progredir a partir de onde eles estão considerando o processo de aprendizagem como singular e que necessita de tecnologias assistivas para uma educação com equidade. As opções para atingi-los são variadas e suficientemente fortes para proporcionar uma educação efetiva para todos os estudantes, do ponto de vista teórico a sociedade progrediu e reconceitualizou a pessoa com deficiência, entretanto, a aplicabilidade dessas diretrizes é fraturada e escassa.

A constituição brasileira assegura os direitos das pessoas com necessidades especiais, pode-se encontrar no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA¹, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN², que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, educação básica pública, obrigatória e gratuita, bem como o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Declaração de Salamanca³ por sua

vez, orienta quanto às características da Educação Especial e a necessidade de adaptação dos métodos educativos às subjetividades das crianças com deficiência.

No que tange a educação inclusiva pode-se considerar o que assevera a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEE-EI⁴ que delimita o público que possui o direito a educação especial inclusiva, são eles: pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento/altas habilidades e superdotação (AH/SD). A Constituição Federal Brasileira no que concerne aos direitos infantis afirma o que consta na LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 que tem o objetivo de garantir e proteger direitos básicos de crianças (até os 12 anos) e adolescentes (até os 18 anos). Parágrafo único; Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Desta forma, o Art. 27 esclarece que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado pelo sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Este projeto de lei está em vigor no Brasil, e apresenta desde sua implantação falhas na aplicação. As dificuldades e impasses para uma aprendizagem minimamente suficiente são inúmeros, a saber, há barreiras de: 1. Comunicação: obstáculos, atitudes e/ou comportamentos que dificultam e impossibilitam a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; 2. Urbanísticas: falta de acessibilidade nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; 3. Arquitetônicas: arquitetura não adaptada existentes nos edifícios públicos e privados; 4. Atitudinais: comportamentos que impedem ou prejudicam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.⁵ Contudo, a pandemia da Covid-19 tornou-se uma adversidade a mais para as pessoas pertencentes a educação especial.

Em decorrência da pandemia da Covid-19 instauraram ainda mais as limitações no âmbito educacional e social, em virtude das determinações de saúde pública com o fechamento dessas instituições como vigente na LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020, a qual determinou o

isolamento social a fim de evitar a possível contaminação e/ou a propagação do coronavírus. As autoridades adotaram temporariamente a atitude de suspensão do ensino presencial para o ensino regular e especial, tornando assim excludente o aprendizado de crianças com necessidades especiais devido às limitações dos procedimentos pedagógicos. Houve o compartilhamento de saberes, práticas e materiais pela comunidade, escola e pais a serviço da democratização do acesso à educação, entretanto essas praticas não foram eficazes e adequadas às condições de determinados estudantes. Utilizaram metodologias de ensino sem a devida consistência, por tentativa e erro, para que os alunos permanecessem com atividades de ensino aprendizagem durante o isolamento equacionando assim alguns dos problemas causados na educação pela pandemia.⁶

Diante esse contexto no qual a educação e seus recursos se fragilizaram, questiona-se: quais os impactos da pandemia na educação de crianças com necessidades especiais? A educação de crianças com necessidades especiais demandam um manejo adaptado e um processo de ensino e aprendizagem para além do modelo de ensino e aprendizagem regular, uma vez que, é preciso considerar a instabilidade atencional, dificuldades de compreensão, se a criança possui repertório de linguagem – verbal ou não verbal, e principalmente se há acesso condizente a sua necessidade física, psíquica, e/ou motora. Mediante a tal complexidade, este trabalho tem por objetivo identificar como a pandemia impactou a aprendizagem de crianças com necessidades especiais com as atividades pedagógicas no ensino remoto.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa é resultado da elaboração de um trabalho da disciplina de “Projetos Interdisciplinar III” do curso de graduação de Psicologia da Faculdade Herrero, iniciada em agosto e concluída em novembro de 2022. Este projeto pautou-se em investigar os impactos da pandemia na vida social e subjetiva dos indivíduos. Foi selecionado como foco de pesquisa o tema dos impactos da pandemia sobre os processos educativos em pessoas com deficiência.

Foi realizada uma pesquisa integrativa de revisão bibliográfica de caráter qualitativa. Para a coleta de dados foi utilizada o banco de dados SciELO - Scientific Electronic, portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). As palavras chaves de pesquisa foram: Pandemia, Educação Especial, Impactos da Pandemia na Educação, Covid-19 e Educação Especial, Educação Inclusiva e pandemia. Os critérios de inclusão para delimitação dos estudos selecionados nesta presente revisão foram: estudos relacionados à escolarização de crianças pertencentes a educação especial durante a pandemia da Covid-19. Foram excluídos os estudos relacionando à saúde, a educação e a pandemia da Covid-19 que não apresentasse relação com a aprendizagem de crianças com necessidades especiais. A partir destes critérios foram selecionados 5 artigos. No banco de dados SciELO foram encontrados 26

artigos, sendo 4 selecionados e PePSIC foram encontrados 3 artigos, sendo 1 selecionado conforme Tabela 1.

3. REVISÃO DE LITERATURA E DISCUSSÃO

Os estudos inclusos nesta revisão abordam a educação de crianças com necessidades especiais no contexto da pandemia do Covid-19, consideraram-se os aspectos de maiores impactos no processo de ensino e aprendizagem, como pode-se observar no quadro a seguir:

TABELA 1 – IMPACTOS DA PANDEMIA (COVID-19) NA EDUCAÇÃO.

| AUTOR(A) | ANO | OBJETIVO | RESULTADOS |
|---------------------------------------|------------|---|--|
| FACHINETTI SPINAZOLAC E ARNEIRO | 2021 | Relatam às formas como as atividades pedagógicas no ensino remoto foram planejadas, desenvolvidas e efetivadas por duas professoras de educação especial, desde a suspensão das atividades presenciais. | Estreitamento positivo nas relações família e escola, desenvolvendo um maior nível de comunicação, interação e troca de informações acerca dos comportamentos e aprendizado. Conclui-se que no âmbito educacional vivencia-se um momento de reflexão e luta por direitos à saúde, cidadania, educação, igualdade; ou seja, o bem público de qualidade acessível a todos. |
| DIAS, SANTOS, ABREU | 2021 | Reflexão sobre a relação de inclusão/exclusão de crianças, mediante análise de elementos teóricos que problematizam a ação educativa, à luz dos pressupostos teóricos da educação inclusiva. | Os limites colocados pela pandemia interrogam as possibilidades educativas e apontam para a construção de estratégias metodológicas individualizadas que favoreçam o desenvolvimento dessas crianças. |
| CAMIZÃO CONDE, VICTOR | 2021 | Analisar o processo de implementação do ensino remoto com vistas à garantia do atendimento educacional especializado aos estudantes público-alvo da educação especial em tempo de pandemia da covid-19. | O estudo concluiu que a proposta de educação especial dos municípios não corresponde diretamente à proposta inclusiva prevista nas orientações anteriores ao período de pandemia. Se a proposta era estabelecer vínculos, os objetivos foram alcançados, mas, se ela se estende ao comprometimento com a aprendizagem e o desenvolvimento desses sujeitos, está bem longe de ser atingida. |
| RODRIGUES, CAVALCANTE | 2022 | Analisar a literatura produzida acerca da escolarização do Público-alvo da | A educação tem a finalidade de proporcionar o acesso ao conhecimento historicamente produzido de forma equitativa e inclusiva, independente das condições socioeconômicas e habilidades |

| | | | |
|-------|------|---|---|
| | | Educação Especial em tempos de pandemia da Covid-19. | acadêmicas dos estudantes. Ou seja, não se pode descuidar o direito à educação a todas as pessoas em qualquer momento. |
| FABRI | 2022 | Aa dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência diante da conjuntura atual e a ruptura dos acessos aos programas socioassistenciais e educacionais nas escolas de educação básica na modalidade de educação especial do Paraná. | Foram inúmeros desafios enfrentados também pelos docentes e pela equipe pedagógica que, em constante diálogos e orientações, repassavam todas as orientações que recebiam da SEED e da Federação da APAEs, para o bom andamento das atividades e oferta do ensino on-line. Muitas experiências foram adquiridas e contribuirão para o melhor desenvolvimento da educação, em todos os aspectos. |

Tabela 1: Apresentação dos artigos que foram utilizados nesta revisão de literatura. (FONTE: CHAGAS; PADUA, 2022).

A partir do levantamento de artigos, foi identificado que de acordo com Fachinetti, Spinazolac e Arneiro⁶ (2021) que algumas das estratégias adotadas durante a pandemia para o processo de ensino e aprendizagem foram: estabelecimento de vínculos entre professores, alunos e pais por meio de grupos de Whatsapp, a fim de facilitar a comunicação a respeito das práticas letivas. Os autores consideram que as escolas optaram por utilizar os grupos como uma ferramenta de comunicação contínua e para isso decidiu-se utilizar uma linguagem personalizada e acessível, sempre com alinhamento de informações referentes ao posicionamento da Educação inclusiva no contexto da pandemia e das normativas municipais, assim não ocorreria diversificação das informações. Todas essas ações ocorreram de forma transparente e humanizada no sentido de manter o vínculo com os alunos e seus responsáveis. Essa pratica pode ser considerada como uma espécie de inclusão dos pais no processo educativo de seus filhos.

No que concerne à readaptação do currículo, ponderam que visava verificar a frequência de acesso as aulas e engajamento na tentativa de ensino remoto. As atividades de domínio social, conceitual e prático foram elaboradas pensando no ambiente, a residência dos alunos em interação com os pais e/ou responsáveis. Para planejar a adaptação dessas atividades foram elencados alguns indicadores que permitiram criar um percurso educativo proposto ao aluno, a saber: recursos; saberes mobilizados e interação dos alunos que servirão de base; planejamento e avaliação para professores. A readaptação de currículo foi frágil se considerar a dinâmica de ensino e aprendizagem das pessoas com necessidades especiais (PCD), uma vez que cada sujeito com deficiência necessita de uma adaptação única que vise o seu próprio processo de aprendizagem de forma a contornar às suas

limitações e/ou dificuldades, portanto, considera-se a readaptação de currículo como um fator agravante e de grande impacto no processo de ensino e aprendizagem de pessoas com necessidades especiais.⁶

A diversificação de métodos, que consiste em todo o compilado de estratégias adotadas a fim de garantir o mínimo de aprendizagem possível em um cenário de isolamento social, como vídeos, jogos no powerpoint, roteiro de estudo, contar de história, utilização de livros didáticos, recursos com materiais diversificados e atividades plastificadas e impressas. Embora a readaptação de métodos seja uma proposta alternativa no cenário pandêmico, não considerou a população Pcd, pois algumas deficiências necessitam de um tutor/professor preparado para o manejo do conteúdo pedagógico, além de outras adaptações que se façam necessárias. E, por fim, parceria com as famílias que se trata de um fortalecer o vínculo de professores com os pais, pois uma vez que as aulas ficaram remotas, os pais passaram a desempenhar função ainda mais importante, como mediadores de aprendizagem. O papel da família na formação intelectual da criança implica que os responsáveis sejam agentes ativos nesse processo. Na pandemia, esse envolvimento ativo e constante dos pais/responsáveis tornou-se necessário, como principal ponto na relação escola e aluno. Entretanto, considera-se que há responsáveis que não possuem recursos, sejam financeiros, técnicos ou de qualquer ordem para auxiliar crianças com necessidades especiais, no que se refere a prática de ensino. Contudo, na educação especial e inclusiva, a ausência de procedimentos propostos pelo governo federal constitui outro agravante/impacto da pandemia no processo de aprendizagem de pessoas com deficiência.

De acordo com o Instituto DataSenado⁷ em uma pesquisa realizada que mensura os impactos gerais da pandemia, obtém como resultado no que diz respeito às barreiras no processo de ensino e aprendizagem – de todos. O primeiro tópico apresentado é a falta de estrutura, que diz respeito a falta de equipamentos adequados em casa, como computadores e celulares, como sendo um dos principais problemas enfrentados durante a suspensão das aulas presenciais, dificuldade de prover internet e aparelho celular ou computador para todos os filhos, especialmente quando havia mais de uma criança ou adolescente precisando assistir aulas em streamings ao vivo. Outro aspecto é a ineficácia do meio online, que interfere diretamente no processo de aprendizagem das crianças. Segundo os pais, elas não têm ainda capacidade de concentração suficiente para ficar muito tempo focado na tela do celular ou televisão para a absorção do conteúdo pedagógico.

Segundo Fabri⁸, (2021) as escolas e famílias precisaram adaptar-se buscar maneiras de garantir o na tentativa de possibilitar o acesso à educação de qualidade e com equidade para toda demanda e públicos. Ressalta que é dever do Estado, da sociedade e da família garantir à pessoa com deficiência (PCD), prioridade à educação, assim como demais direitos inerentes à pessoa humana, habilitação, saúde e lazer conforme o Art. 27. Afirma ainda, que um dos impactos da pandemia no processo de

ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência foi que cada sistema definiu autonomamente os meios de ensino remoto não houve tempo hábil para planejar, estabelecer critérios e operacionalizar esse novo formato, articulando todas as dimensões que envolvem essa nova maneira de transmitir e mediar o conhecimento para os estudantes. Poder-se-ia entendê-lo como um prejuízo ainda maior para o público PcD, pois a Educação Especial exige recursos e mediações diferentes de um processo de ensino e aprendizagem típico, requer adequação das metodologias visando concretizar a ação educativa com a intencionalidade de superar as múltiplas barreiras para a aprendizagem, especialmente, no ensino remoto.

Rodrigues e Cavalcanti⁹, (2022) evidenciam que a educação de pessoas com deficiência trata-se de uma educação fragilizada em um período anterior a pandemia, isto se acentuou com as medidas de isolamento que visavam a diminuição da propagação do vírus e a insuficiência de estratégias e práticas adotadas pelo Estado, fomentam um grande impacto na educação de crianças com necessidades especiais. Os autores afirmam que o direito à educação destina-se a todas as pessoas em qualquer momento. Entretanto, em um cenário pandêmico onde ficou restrita a interação social, e tendo em vista que a educação durante este período se deu de forma virtual através do acesso a internet, além de estrutura, e apoio para as crianças com necessidades especiais, pode-se considerar que nesse sentido houve uma exclusão digital, principalmente de pessoas com deficiências, moradores de áreas rurais, indígenas, pessoas na linha da pobreza de uma forma geral. Sendo assim, esta população caracteriza a de maior probabilidade em apresentarem dificuldades no que se refere ao conteúdo pedagógico, desenvolvimento humano e psicossocial.

De acordo com Santos e Abreu¹⁰, (2021) o período de pandemia tornou-se um período de exclusão as pessoas com deficiência, pois, foram impedidas de usufruírem das oportunidades educacionais disponibilizadas aos que tinham acesso por direito à educação. A educação inclusiva pressupõe então uma reorganização no sistema educacional de forma a garantir acesso, permanência e condições de aprendizagem a toda população em idade escolar. Camizão *et al.*¹¹, (2021) em consonância com os autores mencionados acima, asseveram que a educação especial se insere no ensino regular como garantido a todos (as) independente de sua condição física, psíquica e/ou motora.

A educação especial nas instituições de ensino na condição presencial não se configura como um processo simples e linear. Portanto, frente a um cenário pandêmico, de isolamento social os autores ponderam que se tornou nítido a impossibilidade de mera reprodução das ações presenciais no contexto on-line para o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com necessidades especiais, uma vez que o professor de educação especial precisa estabelecer outros tipos de vínculos pedagógicos com os estudantes, dessa forma, a educação precisa estar sensível às condições dos

estudantes, suas especificidades e necessidades uma vez que os alunos que aparecem nas telas digitais não são os mesmos que estavam sentados nas carteiras das escolas e tampouco estão nas mesmas condições facilitadoras de aprendizado.

Os autores asseveram que a ação pedagógica do professor de educação especial requer o acompanhamento diferenciado, ou seja, não somente os estudantes precisam de acompanhamento, mas os professores necessitam de supervisão em relação ao manejo que vise atender as necessidades dos estudantes inseridos na educação especial inclusiva. Com o advento da pandemia, identificar a necessidade de cada estudante no processo de aprendizagem a distância, configurou um processo ao qual nenhuma das estruturas estavam preparadas, seja o estado, município, instituição, equipe multidisciplinar escolar, pais/responsáveis e estudantes.

Contudo, os fatores que impactaram a aprendizagem de crianças com necessidades especiais identificados nesta presente pesquisa de revisão integrativa foram: [1] a escassez/ausência de uma readaptação de currículo individual que considerasse as limitações e/ou dificuldades de cada indivíduo, o que acarreta em um atraso psicopedagógico. [2] A falta de apoio e os poucos procedimentos propostos pelo governo federal, nesse sentido, houve uma fratura na aplicabilidade de políticas públicas para uma educação inclusiva, ou seja, revelou-se o impacto da exclusão social de pessoas com deficiência (física/motora e/ou psíquica) em um contexto pandêmico. [3] O nível socioeconômico constitui outro fator de impacto na aprendizagem de crianças com necessidades especiais, tendo em vista que o ensino ocorreu de forma remota, há famílias que não possuem recursos e materiais tais como: computadores para todos os estudantes de suas respectivas casas acessam a internet, e as tecnologias assistivas. [4] As metodologias aplicadas foram excludentes para as crianças com necessidades especiais, uma vez que desconsideraram as especificidades e necessidades de cada aluno Pcd. [6] A falta de uma medida única para a educação nacional, ou seja, cada município e instituição aplicou uma readaptação no que diz respeito à transição das aulas presenciais para as aulas remotas, isso constitui um fator que pode impactar a realização de exames nacionais uma vez que se tornam desiguais as práticas de ensino público.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos encontrados na literatura foram selecionados até o mês de agosto de 2022, considerando que muitos estudos poderão ser publicados após esse período, é fundamental que outras pesquisas sejam realizadas para favorecer a compreensão do cenário do processo educacional de pessoas com necessidades especiais diante um contexto pandêmico ao qual se fez necessário isolamento social. Uma vez que os artigos que constituem essa presente revisão revelam em comum a escassez de publicações para mensurar quantitativamente os impactos psíquicos e/ou de

aprendizados. Entretanto pode-se verificar através da análise dos artigos que a pandemia impactou drasticamente o processo de ensino e aprendizagem de crianças com necessidades especiais, dado a exclusão que ocorreu. É consensual na literatura que o direito a educação nesse cenário foi negligenciado pelo Estado, e a família precisou unir-se as escolas na tentativa mínima de aprendizagem.

A literatura aponta para um cenário de integração nas escolas das pessoas com deficiência no período pré-pandemia e de exclusão delas no cenário pandêmico. A inclusão plena em toda sua estruturação teórica está distante de ser alcançada, ainda que seja garantida constitucionalmente. Entretanto, é preciso ressaltar que o acesso à educação de qualidade com equidade para todos públicos é um dos direitos assegurados na constituição brasileira como explicitado anteriormente. Frente a esse contexto de impactos, a significação é um processo singular que cada sujeito atribui diante um evento, considera-se importante que o processo de ensino e aprendizagem de crianças com necessidades especiais tenha esse fundamento como princípio norteador, uma vez que os impactos psíquicos e educacionais associados à pandemia possuem um sentido diferente para cada pessoa. Dessa forma, qualquer intervenção seja psíquica e/ou educacional deve ser adaptada com base nas necessidades de cada sujeito frente ao adoecimento e/ou dificuldades enfrentados por este sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brasil. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.
2. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
3. Declaração De Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.
4. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008
5. Brasil. Constituição da República Federativa Brasileira. Lei 13.146 de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 06 de julho de 2015
6. Fachinetti T. A; Spinazola c; Carneiro R. U.C Educação inclusiva no contexto da pandemia: relato dos desafios, experiências e expectativas Educação em Revista, Marília, v.22, n. 01, p. 151-166, 2021.
7. Instituto DataSenado, Lopes; Oliveira; Tomoik; et.al. 2022
8. Fabri, L. Educação especial e ensino remoto: impactos, desafios e possibilidades causadas pela covid-19. 2022 Apae Ciência, 16(2), 140–152.
9. Rodrigues V; Cavallante J. A escolarização do público-alvo da educação especial em tempos de pandemia da covid-19: uma revisão de literatura 2022-03-14 Edição v. 42 n. 2 (2021): Mimesis

- 10.** Dias; Santos; Abreu. Pandemia Crianças com transtorno do espectro autista em tempos de pandemia: contextos de inclusão/exclusão na educação infantil. v. 23 n. Especial (2021): Dossiê Especial: Educação infantil em tempos de Pandemia
- 11.** Camizão; Conde; Victor. A implementação do ensino remoto na pandemia: qual o lugar da educação especial? Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e245165, 2021